

## **Identidade e gênero na Idade do Ferro: Uma reflexão do que tem sido feito e um plano para ação**

Pedro Vieira Peixoto<sup>1</sup>  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
[peixotopvs@gmail.com](mailto:peixotopvs@gmail.com)

Recebido em: 30/06/2018  
Aprovado em: 07/08/2018

### **Resumo :**

Poucos temas como os relacionados a questões identitárias foram tão amplamente explorados durante as últimas décadas no estudo do passado. A historiografia da Idade do Ferro não é uma exceção. Apesar desse cenário, reflexões críticas em torno de questões de gênero (e a interseção entre sexo, idade e atributos sociais) permanecem ainda largamente inexploradas para o estudo da Idade do Ferro nas Ilhas Britânicas e na Europa. Este artigo visa, assim, primeiramente, assinalar alguns dos perigos por trás de tais silêncios. Ele apresentará uma série de anacronismos muitas vezes projetados à Idade do Ferro em reconstruções visuais e textuais, e como tais equívocos muitas vezes se manifestam no trabalho acadêmico, não apenas no Reino Unido e na Europa, mas até mesmo em pesquisas brasileiras. Em seguida, a discussão traçará uma agenda de ação sobre como superar tais desafios e equívocos a partir de uma perspectiva epistemológica, particularmente com base em trabalhos arqueológicos bem contextualizados. Serão sugeridas, por fim, algumas bases ou diretrizes que possam ajudar estudos subsequentes a abordar questões identitárias de gênero durante a Idade do Ferro, destacando o potencial deste campo de pesquisa e como ele pode nos ajudar a construir um entendimento a respeito do passado para além de modelos e esquemas simplistas de interpretação.

**Palavras-chave: Idade do Ferro, gênero, historiografia.**

### **Abstract :**

Few themes like the ones revolving around issues of “identities” have been so widely explored over the last decades in the study of the past. Iron Age historiography is no exception. Local identities, transregional identities, linguistic identities, political identities, religious identities, cultural identities, technological identities, artistic/visual identities, identities constructed through the landscape, even the very fabrics of Iron Age studies and the usages of certain terminologies like the word ‘Celtic’, all have been subjected to countless debates and have occupied a great (if not greater) part of the intellectual production aimed at the study of the period. Despite this scenario, critical reflections around issues of gender (and the intersection between sex, age, and social attributes) remain still largely unexplored for the study of the Iron Age in Britain and Europe. This paper thus aims to first show some of the dangers behind such silences. It will present a series of misconceptions and anachronisms often projected to the Iron Age in both visual and textual reconstructions of the past, and how such misconstructions manifest themselves in scholarly work, not only in Britain and Europe, but even in up-to-date Brazilian research. A special focus will be paid to how Iron Age women tend to be represented in reductionist terms, oscillating between extreme opposites (i.e. in passive marginal roles vs empowered warrior-queens). Next, the discussion will draw an agenda for action on how to

overcome such challenges and misconceptions from an epistemological perspective, particularly relying on well-contextualised archaeological work. The discussion will suggest a few guidelines that might help scholars on how to approach issues of gender in the years to come for the study of the Iron Age, highlighting the potential of this field of research and how it might help us to have a better understanding of the past beyond simplistic schemes and models of interpretation.

**Keywords : Iron Age, Gender, Historiography.**

## Introdução

Vivemos em uma era de identidades: conservadoras, liberais, moderadas, anárquicas, de esquerda, direita, centro e antipolíticas; identidades evangélicas, católicas, judaicas, muçulmanas, espíritas, ateias e da umbanda; identidades hétero, bi, homo, *queer*, trans, cis, pan, poli, sub, dom, cross; identidades brancas, africanas, pardas, indígenas, asiáticas, multiétnicas, nacionais, regionais, continentais, globais; identidades carnívoras, onívoras, neo-paleolíticas, vegetarianas, veganas; identidades tweeticas, faceboquicas, instagrâmicas, instantâneas, em constante mutação, em constante criação. Nos dias atuais, cada vez mais, viver é identificar-se: consigo, com outros, com algo mais – uma profissão, causa, ideologia, partido, igreja, grupo ou ídolo. Não apenas nos constituímos a partir de identidades, mas desenvolvemos um gosto pelo seu controle: do perfil idealizado de si, publicado em uma rede social, à identidade que nos é atribuída pelo controle estatal: letras e números estampados em documentos oficiais (RG, passaporte, CPF, INSS, etc.) lembrando-nos a todo o momento que para viver é necessário identificar-se, para melhor ou pior.

Não é, portanto, um espanto que, como reflexo do momento em que hoje vivemos, poucos temas tenham sido tão debatidos pela historiografia quanto os diferentes processos de construções identitárias (BABÍĆ, 2014; POPA; STODDART, 2014a). A Idade do Ferro não é uma exceção a isso. Identidades locais, regionais e transregionais, identidades artísticas e tecnológicas, identidades linguísticas, identidades construídas através da paisagem, identidades políticas, religiosas e de organização social, e, inclusive, a própria constituição identitária (contemporânea) do campo de pesquisa sobre a Idade do Ferro, bem como a validade ou não do uso de terminologias como ‘celta’, são todos temas que ocuparam uma grande (senão a maior) parte da produção intelectual voltada ao estudo da Idade do Ferro bretã e europeia, desde meados

do séc. XX aos dias atuais (CHAPMAN, 1992; COLLIS, 1994, 1994, 2003, 2011; CUNLIFFE; KOCH, 2012; GARROW; GOSDEN, 2012; GARROW; GOSDEN; HILL, 2008; HILL, 1993, 1995, 2012; JAMES, 1998, 1999; KARL, 2004, 2010; MEGAW; MEGAW, 1996, 1998; MEGAW, 2016; POPA; STODDART, 2014b; SIMS-WILLIAMS, 1998; WEBLEY, 2015; WELLS, 1995, 2001).

É, sim, com certo espanto, no entanto, que nos deparamos com um curioso cenário de contrastes internos na historiografia do período. Apesar de nossa aparente prolixia em relação ao tema “identidades”, alguns dos processos mais fundamentais de constituições identitárias, tanto a nível individual como coletivo, permanecem ainda em larga escala ignorados. Refiro-me, em especial, às construções que são elaboradas a partir de elementos comuns a todos os seres humanos, como diferenças físicas, sexuais e etárias, e ao que se convencionou chamar de “gênero”. Se em outra ocasião busquei chamar a atenção para como grupos subadultos ainda permanecem relativamente marginalizados no estudo da Idade do Ferro bretã (PEIXOTO, 2018b), agora me cabe uma constatação ainda mais dolorosa: a de que nossas ideias continuam a ser, em larga escala, particularmente pobres em relação a certos aspectos básicos da vida social, mesmo se tratando da população adulta. Esse é particularmente o caso em relação ao debate de gênero.

O presente artigo é de tal modo um primeiro esforço, portanto, de reflexão historiográfica crítica sobre como noções particulares de masculinidade, feminilidade e de gênero, como um todo, costumam ser trabalhadas (ou ignoradas) para o estudo da Idade do Ferro, e as possíveis implicações intelectuais por detrás de tais abordagens. Uma ênfase especial será dada ao *topos* da “mulher celta”, já que este vem se mostrando como um tema de grande influência e popularidade, constituindo-se como um lugar retórico comum nas discussões sobre gênero na Idade do Ferro europeia. O objetivo, aqui, é, assim, apresentar uma reflexão crítica sobre como determinados assuntos relacionados ao universo identitário de gênero têm sido abordados ao longo dos últimos anos e oferecer um balanço sóbrio dos desafios, potenciais e rumos para o desenvolvimento do campo de pesquisas sobre a Idade do Ferro europeia para os anos seguintes.

## O anacronismo como história: visões sobre gênero na Idade do Ferro

A pobreza de nossas ideias em relação ao estudo de gênero na Idade do Ferro europeia e bretã faz-se sentir das mais variadas formas. Inúmeros sintomas são encontrados, em especial, através de mídias *online* (fóruns, blogs, sites, redes sociais, imagens e vídeos publicados na internet), nos quais fantasias, concepções anacrônicas e análises pseudocientíficas se misturam, criando uma quimera atemporal a que veio se chamar “mulher celta”. Um cenário desconfortavelmente semelhante, no entanto, também se encontra em diversas publicações educativas e acadêmicas. Um ótimo exemplo, com grande impacto internacional, encontra-se em uma das edições da prestigiosa revista *Courier* (“O Correio”) publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), traduzida para mais de 15 línguas, incluindo o português. O caso ilustra perfeitamente os contrastes e paradoxos presentes na historiografia da Idade do Ferro europeia.

A edição de número 28 da *Courier* publicada em 1975 estava, naquela ocasião, dedicada aos “celtas”<sup>2</sup>. Os artigos cobriram diferentes discussões que iam desde introduções aos celtas na Antiguidade, passando por questões linguísticas e arqueológicas (DUVAL, 1975; ROSS, 1975), até temas específicos como arte, metalurgia, numismática (JOFFROY, 1975) e assentamentos à época de Júlio César (DEHN, 1975). Como de se esperar, a publicação reunia uma série de renomados especialistas na área, como Wolfgang Dehn (chefe do departamento de pré-história da *Universidade* de Marburgo), Anne Ross (professora de arqueologia, com foco na Idade do Ferro, e passagens pelas universidades de Edimburgo e Southampton), Paul-Marie Duval (professor de história e arqueologia da Gália no Collège de France) e René Joffroy (curador-chefe do Museu Nacional de Antiguidades em St-Germain-en-Laye e um dos responsáveis pela escavação de Vix).

Não é, portanto, sem surpresa – e que surpresa! – que nos deparamos na mesma edição de número 28 da *Courier* com um artigo escrito por Jean Markale (1975) – pseudônimo do poeta Jean Bertrand, um escritor amplamente criticado em circuitos acadêmicos (GUYONVARCH, 1978) e com tendências à celtomania e à análise pseudocientífica/anacrônica de temas obscuros como os “celtas e druidas”, os “cátaros” e os “cavaleiros templários”, dentre outros. Menos surpreendente, talvez, seja o fato de seu artigo discutir os papéis e status da “mulher celta”, tema sobre o qual o autor já

havia anteriormente publicado um livro (MARKALE, 1972). Eis que em meio à edição de um periódico que reúne pesquisadores de diferentes instituições científicas, publicado por uma importante organização como a UNESCO, encontramos um texto que versa sobre o que poderíamos, aqui, considerar como as relações de gênero entre as populações da Idade do Ferro, mas que, no entanto, o faz sem quaisquer critérios teórico-metodológicos. A síntese de sua leitura nos revela os seguintes pontos: que a “a sociedade era patriarcal e os homens ocupavam os primeiros lugares” (MARKALE, 1975, p. 18), mas as mulheres gozavam de independência em relação aos homens (e viviam muito melhor do que aquelas da Grécia e de Roma); que o casamento era uma instituição flexível na qual as mulheres escolhiam seus parceiros livremente de acordo com sua vontade (salvo algumas pressões familiares); e que, “basicamente, o status excepcional das mulheres nas sociedades celtas vem da visão celta da mulher como uma criatura misteriosa, ao mesmo tempo atraente e temível, detentora do poder de dar vida” (MARKALE, 1975, p. 21). A conclusão a que se chega após a leitura de Markale é incontestável: as mulheres celtas “obtiveram sucesso, mesmo em um sistema patriarcal, em manter certa predominância e uma incontestável autoridade moral” (MARKALE, 1975, p. 20).

Os escritos de Markale, no entanto, não são um caso isolado. Boa parte das informações disponíveis sobre as relações de gênero na Idade do Ferro europeia beiram, de modo semelhante, uma fantasia *new age* na qual as mulheres são concebidas como um bloco homogêneo e harmônico, que gozava de poderes e prestígios, sendo naturalmente reverenciadas e ocupando um lugar de importância na sociedade. Embora tais narrativas busquem ressaltar certa forma de empoderamento e reinserir a figura da mulher na escrita da história, elas acabam resultando em um exercício negativo e contraproducente (ELLER, 2000), na medida em há um maniqueísmo de ideias e uma série de simplificações e anacronismos, sem bases em evidências materiais. A maior parte do debate, nesse sentido, está voltada a identificar em que momento na história uma suposta herança matriarcal “céltica” teria se originado e cessado de existir. Os resultados são diversos, alguns achando que ela pré-datava a Idade do Ferro (CLARUS, 1991; GÖTTNER-ABENDROTH, 1991, 1995), outros defendendo que ela teria durado até a conversão ao cristianismo (CONDREN, 2002; MACKKEY, 1989) ou, ainda, que essas transformações rumo a um modelo mais patriarcal já estavam gradativamente

ocorrendo ao longo do primeiro milênio a.C. devido aos contatos estabelecidos com helenos e latinos (ELLIS, 1995, p. 30).

Ainda que boa parte dos escritos sobre a temática das “mulheres celtas” não tenha sido redigida por historiadores ou arqueólogos, isso não impediu que muitas das ideias mencionadas anteriormente tivessem uma grande repercussão social. O sucesso dessas publicações se deve em grande parte graças à acessibilidade da linguagem empregada e seu caráter sedutor. Ele reflete em parte uma curiosidade que data da Antiguidade (a noção de mulheres bárbaras exóticas e poderosas), ao mesmo tempo que explora algumas das debilidades e dos anseios da contemporaneidade relacionados ao desejo de constituição de uma sociedade na qual as mulheres sejam, enfim, consideradas como iguais: uma mazela que ainda em pleno século XXI não conseguimos superar. Essa é uma idealização explorada, inclusive, em produções cinematográficas, como apontam Selby e Dixon (1998), mostrando como narrativas modernas frequentemente incorporam elementos míticos de um “feminino celta”, visando a um empoderamento feminino. Assim, o caráter sedutor de muitas obras relacionadas às mulheres “celtas” consiste em justamente criar um mundo onde o passado possa, de modo simples e dicotômico, oferecer um modelo alternativo ou, ao menos, positivo em relação à igualdade de gênero tão cobiçada por nossas sociedades atuais.

Seria um equívoco, no entanto, achar que o alcance de publicações mais fantasiosas se limita apenas ao senso comum e o artigo de Markale para o *Courrier* serve-nos de um alerta nesse sentido. Um olhar cuidadoso nos revela, inclusive, que muitas vezes tais influências se fazem sentir até mesmo no cenário acadêmico brasileiro<sup>3</sup>. A tese e artigos redigidos por Amim (2006a, 2006b), ilustram perfeitamente a situação. Em sua análise, a autora buscou não apenas argumentar que “os valores druídicos celtas” cultivavam uma noção de “mulher sol” (irradiadora, ativa, forte) (AMIM, 2006a, p. 171–72), possibilitando, portanto, “as condições de igualdade e liberdade aqui relatadas para homens e mulheres” (AMIM, 2006b, p. 4), como também tentou demonstrar que tais noções estavam cristalizadas em textos medievais galeses e que a documentação “celta” indicaria, assim, “um profundo respeito pelo corpo e pela pessoa feminina, considerada, então, como um ser moralmente superior” (AMIM, 2006a, p. 165). Aqui, vemos uma narrativa que compartilha dos mesmos pontos defendidos por autores como Markale (1975, 1986), que busca destacar “o respeito que os celtas tinham para com as mulheres, [já que] eles sempre consideravam a mulher



como moralmente superior” (MARKALE, 1986, p. 34), em contraposição a romanos e cristãos.

Testemunhamos, assim, um disparate historiográfico que reflete o vazio em nosso conhecimento sobre certos aspectos do passado. Curiosamente, nenhuma outra temática – nem mesmo aquela relacionada à religião/religiosidade – está repleta de tantos anacronismos e idealizações fantásticas como ocorre nas discussões de gênero. Isso porque “gênero”, em sua função analítica de investigação social, é uma categoria que tem sido sistematicamente negligenciada pela pesquisa acadêmica da Idade do Ferro, sendo em muitos casos naturalizada e tratada como algo secundário ou superficial. Esse descaso intelectual, no entanto, não deixa de trazer sérias consequências. Seus sintomas se fazem sentir da pior forma possível, sobretudo, como acabamos de ver, ao olharmos para a maior parte do que tem sido produzido até então.

O primeiro ponto a ser destacado (e não sem choque) é de que, mesmo em língua inglesa, não há um livro sequer inteiramente dedicado à discussão puramente arqueológica, ou mesmo científica/acadêmica, das relações de gênero na Idade do Ferro das Ilhas Britânicas e da Europa. As únicas publicações disponíveis, como aquelas redigidas por Ellis (1995), Chericci (1996) e Markale (1975, 1986) a respeito das “mulheres celtas”, estão repletas de generalizações, anacronismos e costumam ser frequentemente escritas por não-acadêmicos, a partir de uma miscelânea de materiais supostamente eleitos como relevantes. Tratam-se, portanto, de discussões não problematizadas, que reforçam generalizações e estereótipos, com pouca ou nenhuma referência à realidade material das populações discutidas. Isso não impede, é claro, que tais publicações tenham se tornado leituras de grande circulação, sendo inclusive traduzidas para outras línguas.

A situação é, portanto, bastante delicada. Ainda que por um lado, hoje, dispomos de uma gama diversificada de grandes manuais e obras de referência sobre diferentes aspectos da arqueologia da Idade do Ferro, inclusive a partir de temáticas específicas como “arte”, “religião e druidas” (ALDHOUSE-GREEN, 1989, 2010; CUNLIFFE, 2010; GARROW; GOSDEN, 2012; GARROW; GOSDEN; HILL, 2008; LAING; LAING, 1995), nenhuma publicação equivalente dedicada exclusivamente à discussão de questões etárias, sexuais ou de gênero foi realizada. Como Ballard (2007: 170–171) nos alerta, “a arqueologia da Idade do Ferro falhou, em larga escala, em tratar de questões de gênero” e quase nenhum esforço tem sido feito para se teorizarem papéis,

identidades e dinâmicas de gênero nas diferentes sociedades bretãs durante o período. Não fossem alguns artigos em periódicos (ARNOLD, 1995; BELARD, 2012; BUTLER, 2008, 2009; TRÉMEAUD; BELARD, 2015), seções de livros (ALDHOUSE-GREEN, 2004, 2006; EHRENBERG, 1989), catálogos de exposições em algum nível relacionáveis à temática (VERGER; PERNET, 2013), capítulos em coletâneas (EDWARDS; POPE, 2014; EVANS, 2006; POPE; RALSTON, 2012), algumas teses (BELARD, 2014) e eventuais publicações que tocam na temática a partir de estudos de casos específicos (EVANS, 2004; GILES, 2012; WATTS, 2005), seria virtualmente impossível adquirir qualquer tipo de leitura sobre aspectos relacionados às construções identitárias de gênero na Idade do Ferro<sup>4</sup>. Esse é um fato com fortes implicações para a circulação do saber e que afeta não apenas o leitor acadêmico (em particular, alunos de graduação e de pós-graduação), como também o leitor médio em geral, restringindo-lhe, significativamente, o acesso a um conteúdo de qualidade sobre uma temática que costuma despertar interesses diversos. Essas limitações são ainda reforçadas (e atestadas) pelo modo como quase sempre a Idade do Ferro costuma ser representada em museus (BALLARD, 2007). Dois exemplos que ilustram perfeitamente a situação podem ser vistos em Leicester e em Oxford.



Fig. 1 A família bretã da Idade do Ferro, para o Festival da Grã-Bretanha, atualmente no Museu Jewry Wall. Foto: o autor (arquivo pessoal).



O primeiro caso encontra-se no Museu Jewry Wall, uma instituição que abriga exclusivamente artefatos pré-históricos (em especial da Idade do Ferro), antigos e medievais, estando o museu localizado junto a um sítio arqueológico romano do séc. II d.C.. No local, o visitante irá se deparar com um dos famosos cinco dioramas<sup>5</sup> da série “as primeiras famílias” criados para o Festival da Grã-Bretanha em 1951: uma grande celebração patrocinada pelo governo a fim de promover, em uma escala nacional, as artes, design, arquitetura, indústria e as ciências, contando com celebrações em diferentes localidades e atraindo, na época, milhares de pessoas (MORGAN, 2001, p. 109–111). Aqui, vemos uma curiosa cena que busca representar, com realismo arqueológico, uma típica família bretã da Idade do Ferro. De um lado, uma mulher segura um balde, próxima a seu marido, que por sua vez ocupa uma posição central na cena. De modo firme, ele contém o cão da família que parece exaltado. No canto oposto da cena, os dois filhos do casal – um menino e uma menina – ocupam-se de modo distintos: ele parece brincar com uma funda, ela ajeita seu cabelo. As legendas oferecidas ao diorama ao longo dos anos sofreram variações, a maior parte delas apresentando subseqüentes críticas e admitindo falhas representativas. No entanto, como destaca Dowson (2006, p. 95), boa parte das correções feitas focavam exclusivamente aspectos puramente materiais (como o fato da cena conter objetos com cronologias distintas), ignorando aspectos de relevância sócio-histórica, embora a legenda atual reconheça ao menos que a representação das mulheres na cena tende à passividade e tem sido alvo de críticas<sup>6</sup>.

A segunda imagem, feita por Tim Archbold para a galeria de Idade do Ferro do Museu Ashmolean (Oxford), retrata uma família do período Hallstatt. A composição é praticamente análoga ao diorama de Leicester. Aqui, novamente, encontramos uma família nuclear composta por um homem, uma mulher, dois filhos (um menino e uma menina) e (talvez, seja apropriado considerá-lo como “membro familiar”) um cachorro. Os integrantes do sexo masculino estão em movimento (possivelmente retornando de uma caça) enquanto as partes femininas são relativamente estáticas: o movimento feminino na mãe limita-se à aproximação ao marido. Mãe e filha estão vinculadas às funções domésticas, que nesse caso incluem a culinária e o ato de servir: um fenômeno reforçado pelo gesto da mulher que segura dois potes e os estende ao homem recém-

chegado. Embora o jovem carregue um machado, e demais utensílios de corte sejam representados na cena (como uma faca pendurada na cintura da mulher e um segundo machado, ao fundo), apenas o homem porta armas. Trata-se, de fato, de uma composição “familiar” – e utilizo-me, aqui, da expressão, não apenas para descrever vínculos de parentesco, mas, em especial, coisas habituais e já conhecidas.



Fig. 2. Uma família da Idade do Ferro inicial (Hallstatt), no Museu Ashmolean (Oxford). Ilustração: Tim Archbold. Foto: o autor (arquivo pessoal).

A partir de ambos os exemplos é possível constatar uma tendência de naturalização do passado. Desse modo, a Idade do Ferro bem como as relações sociais que ocorriam nesse período se tornam algo conhecido, uniforme e costumeiro, não tão diferente do mundo ocidental contemporâneo, sendo desnecessários, portanto, qualquer grande problematização ou pensamento crítico ao seu respeito (BALLARD, 2007; DOWSON, 2006; GILES, 2016; SMILES; MOSER, 2005)<sup>7</sup>. Essas projeções visuais não se limitam, é claro, apenas a museus, e frequentemente encontram-se presentes em pinturas novecentistas (como aquelas feitas por Amédée Forestier, Cf. GILES, 2016, p.

413–414; PHILLIPS, 2005) e ilustrações contidas em publicações didáticas e acadêmicas. Essa é uma realidade, inclusive, observável em publicações especializadas, como é o caso daquela redigida por Davison (1997) junto ao *English Heritage* dedicada ao estudo das reconstruções artísticas de achados arqueológicos. No volume é possível encontrar uma ilustração feita por Paul Birkbeck que representa o interior de uma habitação bretã da Idade do Ferro. A cena naturaliza um universo onde homens estão associados com armas (em uma possível função guerreira, portando adagas, escudos, capacetes), ao passo que crianças ocupam um papel secundário e a mulher é representada servindo domesticamente os demais membros da família no âmbito alimentar. Outro exemplo pode ser encontrado na ilustração feita por Simon James a um de seus livros (JAMES, 2005). Nela o autor busca oferecer um modelo social para as sociedades da Idade do Ferro com base nas evidências documentais disponíveis, traçando subdivisões entre grupos de pessoas de acordo com suas possíveis funções sociais. A imagem revela uma hierarquização social arbitrária com bases em narrativas clássicas e culmina em um modelo visual particular: funções de prestígio e poder estão concentradas em torno de figuras masculinas, culminando na imagem de um “rei ou chefe”, ao passo que mulheres, crianças e idosos estão numericamente sub-representados, ocupando papéis periféricos e semi-inexistentes (JAMES, 2005, p. 53). Todas essas tendências representativas são, mais uma vez, a consequência do papel marginal que o estudo de gênero a partir de atributos sexuais e etários ocupa nas investigações sobre a Idade do Ferro.

As relações e os papéis de gêneros durante a Idade do Ferro nas Ilhas Britânicas e na Europa, tornam-se, assim, matérias que oscilam em polos extremos: da mulher doméstica, que apenas cozinha e serve a sua família composta por um marido, um cachorro e dois filhos (sem nada a perder para uma tradicional família georgiana ou vitoriana), à mulher moralmente superior, independente e automaticamente tida como igual. Essa contradição reflete, em grande parte, nossa debilidade ao abordar temas com forte implicação social e fora de nossa zona de conforto intelectual, já que o que está em cheque, aqui, é a própria imagem (contemporânea) que construímos em relação ao passado e como ela se relaciona (ou não) com nossa sociedade – um problema agravado pelo histórico de restrição da formação feminina ao longo do séc. XX no campo da arqueologia britânica, sendo o meio, ainda hoje, composto em grande escala por homens (POPE, 2011).

É importante, contudo, ter em mente que as diferenças interpretativas observadas (entre um mundo repleto por mulheres inferiores/passivas vs ativas/superiores) não são propriamente o resultado de um exercício de empiria científica, mas refletem um embate ideológico antagônico. O que está em cheque é a própria fábrica de constituição social da Idade do Ferro (e, por que não?, da contemporaneidade) que, por sua vez, é interpretada a partir de duas categoria opostas: “o matriarcado” ou “o patriarcado”. Esse é um embate de longa tradição dentro do campo de estudos célticos. Um exemplo disso são os escritos de Weisweiler<sup>8</sup> que, em plena Alemanha nazista, publica um estudo “sobre a posição da mulher entre os celtas”, no qual, já em suas primeiras linhas, deixa claro que: “De fato, tem sido muitas vezes enfatizado que a posição da mulher é um atributo característico, talvez, inclusive um dos critérios mais importantes para se julgar a cultura de um povo ou de um período.” (WEISWEILER, 1938, p. 205) .

Não surpreendentemente, Weisweiler concluiu que os celtas eram patriarcais. Essa inclusive tem sido a tendência acadêmica, mesmo nos dias atuais, para refutar e desconstruir os exageros e anacronismos cometidos por alguns autores como Markale, que buscavam criar uma narrativa de um mítico matriarcado celta. A noção de uma sociedade por excelência patriarcal tem sido utilizada, nessa lógica, sobretudo, em meios acadêmicos, a fim de recontextualizar as populações da Idade do Ferro, inserindo-as em um cenário de semelhança com as demais sociedades do primeiro milênio a.C., como Freeman (2002) atesta:

“as mulheres celtas da Antiguidade são algumas vezes representadas em histórias modernas como gozando de completa independência e direitos iguais em tais sociedades – um ponto de vista romântico que não encontra suporte nas fontes clássicas. Uma esposa celta estava completamente sujeita às vontades de seu marido, tanto como uma matrona romana vivia sob o poder de seu marido enquanto *pater familias*. (...) a informação limitada que nós possuímos sobre as vidas das mulheres celtas nos mostra que esse era, acima de tudo, um mundo de homens.” (FREEMAN, 2002, p. 53)

Curiosamente, tais esforços de crítica ao matriarcado, embora divirjam no conteúdo, costumam resultar em narrativas muito semelhantes àquelas a que se propõem criticar. Resultam, assim, quase sempre, em análises superficiais, generalizantes e que costumam reforçar extremos. Trata-se, novamente, de um processo de naturalização: nesse caso, de visões clássicas de gênero, que reforçam uma divisão binária e ignoram certas noções básicas de agenciamento, não levando em consideração os diferentes

mecanismos nos quais indivíduos e valores operam a partir de diferentes contextos. A ideia de que a Idade do Ferro era um mundo de homens, onde mulheres estavam completamente sujeitas às vontades de seu marido é, portanto, um anacronismo tão problemático, quanto a própria ideia de uma sociedade em que todas as mulheres eram consideradas como moralmente superiores. As narrativas do “patriarcado” se assemelham, mais uma vez, àquelas do matriarcado em um determinado ponto: há uma ênfase em determinados textos produzidos fora do contexto das sociedades discutidas e eleitos como representantes de um todo (como, por exemplo, o relato de César sobre as mulheres gaulesas), além de uma completa falta de embasamento substancial nas evidências materiais disponíveis para o estudo de tais comunidades.

Ainda que trabalhos recentes como os de Skogstrand (2010) e Brück (2017) já tenham chamado a atenção para a tendência interpretativa (e os problemas) de se adotar uma visão androcêntrica da pré-história europeia, muitos desses estereótipos continuam a ser projetados na documentação. No tocante ao sexo masculino, esse é particularmente o caso em relação à uma figuração discursiva em torno de uma imagem “guerreira” e dos usos da violência física. Há, aqui, novamente, um processo de naturalização do passado aonde registros arqueológicos e trechos de escritos greco-romanos são utilizados a fim de confirmar uma imagem já pré-estabelecida de uma masculinidade hegemônica. Isso não quer dizer é claro que os usos de violências (simbólicas e reais), ou que atividades e ritos marciais não fossem importantes para as comunidades da Idade do Ferro, ao contrário. Mas é preciso reconhecer que esses são apenas algumas dentre várias outras esferas da vida social nas quais noções (particulares) de masculinidades eram constituídas – e que, em alguns casos específicos, sequer eram prerrogativas de indivíduos apenas do sexo (e, talvez, do gênero) masculino.

### **Movendo em frente: um balanço de discursos, e um plano para ação**

Os equívocos e problemas com os quais nos deparamos para o estudo de gênero na Idade do Ferro europeia são, portanto, inúmeros – talvez, numerosos o bastante a ponto de tornar o exercício de crítica, aqui, uma tarefa demasiadamente exaustiva. Para elencar alguns dos mais graves e, ao mesmo tempo, mais recorrentes e relevantes à discussão, é possível organizá-los em uma síntese, a partir de cinco pontos que incluem:



1. O “ser mulher” como categoria natural-universal: Há uma grande tendência de se reduzir a população feminina da Idade do Ferro a categorias simplistas, como a figura da “mulher celta”. A máxima beauvoiriana de que uma pessoa não nasce mulher mas, sim, torna-se mulher, é nesse sentido desconhecida ou convenientemente ignorada. Embora uma gama de estudos históricos, sociológicos, antropológicos e arqueológicos tenham destacado que noções como “feminilidade” ou “ser mulher” (bem como “masculinidade” e “ser homem”) sejam construções sociais relacionais que variem de um contexto a outro, sendo portanto dotadas de historicidade, tais cuidados são raramente transferidos ao estudo das sociedades da Idade do Ferro ditas “celtas”. Há uma tendência, portanto, de naturalização da experiência humana: como se houvesse um feminino comum e estático, observável, por exemplo, na região transalpina durante o séc. VI a.C., ou no sul bretão durante o período imediatamente anterior à ocupação romana. A recorrente utilização de substantivos no singular (“a mulher”) é, aí, um conseqüente agravante. Muitas discussões falham, nesse sentido, e revelam uma incapacidade de acrescentar variáveis em suas análises, como atributos relacionados a hierarquias sociais ou fatores etários, por exemplo – uma realidade lamentável já que a incorporação de tais elementos poderia criar distinções internas dentro dos grupos “homem” e “mulher” e oferecer uma visão mais completa e complexa do passado. O fato de que, em uma mesma comunidade, mulheres de idade sênior e de posição aristocrática e jovens de origens mais humildes pudessem receber tratamentos distintos e desempenhar funções e papéis sociais diferentes é algo ignorado em detrimento a uma confortável narrativa que preza por uma idealizada homogeneidade artificial.
2. Miscelânea-céltica: Embora este não seja um problema exclusivo às discussões de “gênero” (cf. COLLIS, 2003), ele se torna particularmente presente em tais debates. O termo “celta” é empregado de modo generalizante, desproblematizado e indefinido, açambarcando materiais de naturezas opostas e produzidos nos mais diferentes contextos geográficos e cronológicos, como se se tratassem de uma única, mesma e coerente

temática (isto é, de modo praticamente, atemporal). Relatos clássicos do séc. I d.C. são, por exemplo, utilizados para ilustrar achados arqueológicos que datam do séc. V a.C. que, por sua vez, são interpretados a partir de narrativas galesas compiladas no séc. XIII d.C. ou tratados legais irlandeses do séc. VII d.C., elevando a noção de “anacronismo” a um novo patamar historiográfico. Em termos de gêneros, tais análises costumam quase sempre enveredar por narrativas que destaquem: (a) tumbas faustosas da Idade do Ferro cujas ossadas são do sexo feminino (por exemplo, a tumba de Vix); (b) relatos greco-latinos sobre mulheres bretãs, gaulesas, gálatas e germânicas que ressaltem o poder (ou a total falta de poder) das mulheres na sociedade; (c) menções a personagens femininas (humanas ou divinas) marcantes da literatura vernácula irlandesa-galesa; (d) trechos de documentos legais medievais irlandeses em relação a temas como família, casamento e estatuto legal das mulheres em tais sociedades. O intuito de tal “colcha de retalhos” é quase sempre o mesmo: identificar uma “natureza”, uma “atitude” ou uma “tradição” inerente ou tipicamente “céltica” em relação a determinado assunto, a qual, acredita-se, teria perdurado ao longo dos séculos. O resultado é problemático: as teorias não se adequam aos objetos e às questões da pesquisa, mas ao seu oposto, resultando na criação de uma narrativa auto-profética.

3. O “mito” como realidade: Há uma enorme tendência historiográfica, no tocante às populações da Idade do Ferro, de se utilizarem narrativas fantásticas produzidas por tradições medievais irlandesas e galesas como evidências para o estudo “do feminino” ou da “mulher celta” em tempos antigos. Esse mecanismo de discussão se apoia em dois grandes equívocos, anteriormente já ressaltados, fazendo uso de uma miscelânea de materiais históricos de modo anacrônico e fora de contextos, visando à identificação de um (verdadeiro) feminino atemporal. Muitas vezes estatuetas e iconografias produzidas em contextos galo-romano ou romano-bretão são também incorporadas à discussão, na tentativa de se criar uma coesa “mitologia celta”. Assemelham-se erroneamente textos medievais a possíveis tradições politeístas antigas que estariam supostamente cristalizadas, tornando-os, assim, fontes para estudo da

Idade do Ferro. Essas fontes, por sua vez, atestariam os modos como os gêneros se relacionavam em tempos pré-históricos, na crença de que tais relacionamentos estariam congelados no tempo através de lendas e contos fantásticos. Como se não bastasse, há uma tendência de transposição imediata entre figuras fantásticas e figuras históricas. Nessa lógica, referências a possíveis divindades femininas são quase sempre utilizadas como espelho da realidade feminina e dos benefícios de que as mulheres gozariam durante a Idade do Ferro. Há, portanto, uma tendência de leitura imediata de textos eleitos como mostra de resquícios “mitológicos” como se estes fossem um perfeito espelho de uma realidade passada.

4. Uma monolítica passividade Mediterrânea: Um *topos* recorrente e encontrado (exaustivamente) nas discussões de gênero na Idade do Ferro europeia consiste na comparação por oposição às sociedades mediterrâneas antigas. Tal recurso é utilizado para fins discursivos com o intuito de ressaltar as diferenças entre um idealizado mundo celta e um opressor mundo greco-romano. Embora haja diferenças significativas entre as relações de gênero no norte das Ilhas Britânicas, por exemplo, com aquelas encontradas na região da Ática clássica, o objetivo de tais comparações é o de se criarem duas categorias monolíticas antagônicas, açambarcando contextos e dinâmicas internas distintas, a partir de uma polarização dualista, que é reducionista e anacrônica por excelência. Não obstante, tal recurso retórico sempre opta por ignorar um conjunto de contribuições intelectuais feitas ao longo das últimas décadas sobre os agenciamentos femininos em comunidades helênicas e latinas. São ignorados, em especial, os estudos que destacam as especificidades das relações de gênero a partir de recortes específicos e que revelam os seguintes aspectos: as distinções entre discurso e prática, a construção de redes de solidariedade feminina e a capacidade por parte de mulheres de agir em diferentes níveis mesmo em sistemas de gênero de tipo rígido e altamente normativo. A utilização de tais comparações com o Mediterrâneo antigo serve, portanto, a uma finalidade de simplificação narrativa, reduzindo a discussão de gênero a oposições generalizantes e

arbitrárias: A ideia é simples: enfatizar como as mulheres “celtas” se distinguem, assim, de suas passivas e submissas vizinhas mediterrâneas.

5. O debate patriarcado vs matriarcado: Muito tem-se escrito sobre as populações pré-históricas europeias em relação ao “modelo” de relacionamento de gênero que praticavam. Isto é, se determinada sociedade era de tipo matriarcal ou patriarcal. Esse é um tema particularmente recorrente às discussões de gênero em cronologias neolíticas e arcaicas, sobretudo relacionado à discussão de deusas-mães e estatuetas femininas, mas que se encontra também presente em relação às comunidades da Idade do Ferro. Embora seja um exercício saudável (e necessário) analisar os diferentes papéis ocupados por mulheres e homens em múltiplas instâncias da vida social, seus campos de atuação e influência (formais e informais) e o tratamento geral direcionado a pessoas de certo sexo e gênero em determinadas sociedades (bem como as adversidades às quais indivíduos são submetidos com base nesses mesmos fatores), acredito que o debate em relação à dicotomia patriarcado-matriarcado seja, em sua essência, estéril e contraproducente. Em vez de analisar práticas, especificidades e dinâmicas próprias a determinados grupos, sociedades ou culturas, a discussão em torno de modelos patriarcais/matriarcais estabelece uma homogeneidade arbitrária na documentação (seja ela arqueológica ou histórica), reduzindo o debate a dois polos antagônicos. Trata-se, então, de um esforço de categorização a partir de modelos de tipos ideais que anulam um conjunto de fatores internos em prol de categorias universalizantes. A própria definição epistemológica das categorias “patriarcado” e “matriarcado” costuma ter consequências analíticas problemáticas, pois, quase sempre, acaba conferindo demasiada ênfase a aspectos relacionados ao discurso oficial sobre determinado contexto, criando um retrato branco-e-preto de um cenário que é, em realidade, marcado por diferentes tonalidades de cinza, e que difere de um caso a outro. Para as questões de gênero da Idade do Ferro trata-se, portanto, de um exercício de rotulamento, ou ainda de alternância entre rótulos (matriarcado celta vs patriarcado celta) que visa a explicar supostas características (anômalas, ou excepcionais) observadas

em materiais distintos (desde tumbas *hallstatianas* a relatos clássicos). O resultado é, portanto, um exercício vazio que reproduz visões simplistas e dicotômicas e que não altera ou sequer desafia o modo como de fato pensamos sobre o passado e as vias de que dispomos para investigá-lo de forma mais complexa.

Para romper com tais ciclos viciosos interpretativos, acredito que três atitudes são necessárias. A primeira delas consiste em adotar um referencial teórico que seja capaz de dar conta da complexidade material do passado, ao invés de diminuí-la. Torna-se fundamental, assim, encarar qualquer tipo de projeção identitária – incluindo-se, aqui, as de gênero – a partir de uma perspectiva relacional. Isso implica admitir que um conjunto de construções dinâmicas possa coexistir e variar significativamente entre grupos, regiões, cronologias e pessoas, a partir dos mais diferentes critérios como atributos etários, sexuais, físicos, biográficos, determinadas habilidades especiais, crenças religiosas, dentre outros. Objetos como “a mulher” ou “o homem” devem dar lugar a um conjunto de categorias analíticas diversas que sejam capazes de identificar diferenças sociais não apenas entre indivíduos do sexo masculino e feminino, mas internamente entre indivíduos do mesmo sexo. Portanto, é fundamental estar atento para a historicidade dessas construções identitárias lembrando que elas não são fixas e tampouco devem ser tidas como naturais, mas, sim, encaradas como partes de um conjunto de relações sociais complexas que intersectam com demais modalidades de experiências sociais. Como *Sørensen* (2006, p. 129) escreve, “gênero jamais é algo fixo, mas parte de um diálogo contínuo entre as pessoas e a cultura material”, e, conseqüentemente, devemos observar como diferentes sinalizações e projeções identitárias são assim criadas a partir da materialidade que temos do passado.

Em segundo lugar, faz-se necessário que um recorte bem definido seja construído. Caso contrário, os esforços analíticos resultarão, em maior ou menor escala, em generalizações abstratas que pouco têm a ver com o material que de fato possuímos para o estudo das comunidades da Idade do Ferro bretã e europeia. Apenas a partir de contextos específicos, cuidadosamente delimitados e analisados em sua totalidade, seremos capazes de observar pistas que indicam variações sutis sendo construídas a partir da manipulação de ideais e materiais. Um olhar minucioso é mais do que necessário nesse sentido. Um que seja construído de forma direta, a partir dos vestígios



que temos, antes de qualquer coisa. Trata-se de um esforço de realinhamento de prioridades, deixando narrativas pré-concebidas pela modernidade de lado e focando naquilo que possuímos, hoje, ao nosso alcance, sobre o passado.

Por último, a adoção de metodologias que se alinhem a tais propostas faz-se uma condição necessária. É imprescindível que o modo de operacionalizar os materiais estudados permita que não só elementos de semelhança sejam identificados, mas também de divergência; que atributos sexuais e etários sejam realçados, quando possível, bem como suas associações e interrelações com realidades materiais. Em outras palavras, é preciso eleger um conjunto de procedimentos analíticos que possibilitem observar diferentes dimensões identitárias projetadas nos contextos pesquisados, ressaltando suas particularidades e pontos em comum, de acordo com as questões investigadas com base nos vestígios disponíveis. Embora análises iconográficas e textuais tenham muito a oferecer para o estudo da temática de gênero, sobretudo, no âmbito do campo representativo, a arqueologia, em especial a arqueologia funerária possui um potencial incomparável para se abordarem questões diversas de modo a incluir variantes como sexo biológico, faixa etária, padrão de alimentação, doenças e traumas físicos nas populações estudadas, em especial quando o rito fúnebre em questão consistia em inumações. Quaisquer que sejam os materiais de estudo, no entanto, eleger metodologias que permitam realçar e contemplar o máximo de dados disponíveis para pesquisa deve ser, portanto, uma prioridade, pois caso contrário os resultados obtidos correm o risco de serem demasiadamente seletivos ou generalizantes.

Para os estudos da Idade do Ferro, em particular, parte desses cuidados teórico-metodológicos envolvem também uma cuidadosa seleção consciente da utilização ou não de rótulos acadêmicos tradicionais como a muito empregada alcunha "celta". Como todo conceito, é importante lembrar que não há uma única resposta simples, caso o termo "celta" deva ou não ser utilizado: a expressão já foi defendida, criticada, (de)limitada, cronológica- e regionalmente alargada, ressignificada inúmeras vezes e abandonada, não necessariamente nessa ordem, sem haver qualquer consenso historiográfico a seu respeito. Acredito que o crucial, nesse sentido, seja levantar, em primeiro lugar, a seguinte pergunta: até que ponto a utilização de tal termo ajuda ou atrapalha a pensar determinado problema? No final, como em todo trabalho histórico e arqueológico, as questões de pesquisa devem ser o parâmetro fundamental de guia para as escolhas que seguem, cabendo a cada pesquisador testar e determinar o quanto

determinado arcabouço o ajuda a investigar seu objeto de estudo de maneira mais rica e complexa.

Para os estudos de gênero, infelizmente, a utilização de tal terminologia, bem como suas implicações, tem pouco contribuído para o desenvolvimento de análises críticas, fazendo com que, ao contrário, boa parte da discussão tenha se limitado, em grande parte, a estereótipos e visões generalizantes ou reducionistas. Não coincidentemente as maiores contribuições recentemente oferecidas ao debate, nesse sentido, têm se originado a partir de estudos arqueológicos voltados à análise de casos ou contextos específicos desvinculados de uma proposta celtizante, como as cuidadosas revisões críticas traçadas por Pope e Ralston (2012) e Arnold (2012a) a partir de materiais já previamente estudados, ou, ainda, de minuciosos estudos regionais como os trabalhos de Evans (2004) e Belard (2012, 2014) no norte francês, as análises de Arnold (2012b, 2016) e Rebay-Salisbury (2016a, 2016b) na Europa Centro-Occidental e os estudos de Giles (2000, 2012) no norte bretão, para citar alguns.

Tais olhares minuciosos, a partir de casos específicos, nos oferecem as condições primárias básicas a fim de quebrarmos com antigos modelos interpretativos anacrônicos; eles nos oferecem a possibilidade de explorar a interseção entre aspectos físicos/biológicos, sexuais, culturais, sociais e políticos, com luz em evidências osteológicas, artefatuais e da paisagem, a fim de criar um quadro mais complexo do passado com base nos vestígios de que de fato dispomos a respeito de determinadas comunidades em momentos específicos. No cenário investigativo atual, pesquisas desse tipo são imperativas e possuem um enorme potencial analítico, já que temos, hoje, cada vez mais novos dados e recursos tecnológicos significativamente privilegiados. Tal escopo investigativo deve ser, portanto, acredito, não só a tendência como a maior prioridade de pesquisas para os próximos anos: estudos de casos, bem delimitados, altamente críticos, que sejam capazes de articular de fato paradigmas teóricos com a documentação analisada e cujas hipóteses e conclusões sejam traçadas apenas com base nos materiais disponíveis, e não um quadro generalizante, embora, é claro, comparações com outras comunidades/sociedades possam ser sempre traçadas (menos com o intuito de se obterem respostas, porém mais o de se abrirem os olhos a outras possibilidades até então não contempladas no próprio material estudado).

Apenas assim, a partir de tais bases sólidas, poderemos em seguida começar a articular questões de maior escala ou escopo geográfico/cronológico. Essa futura etapa

de pesquisas será fundamental para preencher um segundo vácuo em nosso conhecimento sobre a Idade do Ferro europeia. Esse vazio, por sua vez, diz respeito às semelhanças e padrões culturais compartilhados a níveis macro- e transregionais no tocante a questões identitárias e a questões de gênero como um todo. Isto é, se haveria valores e dinâmicas de gênero semelhantes ou compartilhados entre distintas comunidades europeias da Idade do Ferro, por exemplo, ou mesmo um sistema de gênero relativamente comparável entre distintas localidades ao longo de determinados séculos. Embora investigações sobre uma Europa “céltica” continuem a abordar tais questões de um ponto de vista linguístico, artístico, cultural, genético, tecnológico, material e inclusive em uma visão de longa-duração com recortes cronológicos anteriores à Idade do Ferro (CUNLIFFE; KOCH, 2012; KOCH; CUNLIFFE, 2013, 2016), nenhuma reflexão substancial sobre gênero foi ainda desenvolvida em tal escala, e, acredito ser válido começarmos em breve a nos questionar se alguns dos fenômenos observados recentemente em níveis regionais poderiam fazer parte ou não de um sistema maior de percepções de gênero. As possibilidades são inúmeras. No entanto, para isso, é preciso primeiramente entendermos minuciosamente o material que possuímos a partir de contextos específicos, para que no futuro possamos inter cruzar tais dados em busca de padrões maiores, ao mesmo tempo em que ressaltamos as especificidades de cada uma das regiões e dos registros analisados.

Quaisquer que sejam os rumos adotados, a importância de uma postura crítica que seja capaz de conceber a construção de identidades (incluindo-se aí aquelas de gênero) como parte de um processo (constante) relacional e complexo, condicionado por fatores múltiplos de ordem social e biológica, apresenta-se cada vez mais como uma necessidade de renovação analítica. Não seria apenas de todo otimista, mas, pelo contrário, até mesmo uma aspiração necessária, almejar que cada vez mais questões relativamente (ainda) periféricas ao estudo da Idade do Ferro sejam incorporadas nas investigações de gênero. Isso poderia incluir, por exemplo, um maior direcionamento de atenção aos processos de construções de estéticas particulares masculinas e femininas, o estudo do corpo e da aparência, a análise de distinções no interior de grupos ou gêneros específicos (isto é, diferentes tipos de feminilidade, ou masculinidade), a possibilidade de mudanças de atributos sociais a partir do envelhecimento ou de determinados ritos de passagem e, até mesmo, o debate a respeito de concepções neutras de gênero ou a existência de um terceiro gênero, ou ainda desvios de modelos normativos no tocante a

atuações, atributos, espaços de gênero e projeções identitárias particulares. Todas essas são temáticas que, quando possíveis, uma vez articuladas, nos ajudam a dotar o passado de maior complexidade, quebrando modelos de pensamento que operam a realidade de maneira simplista.

Só recentemente nossos modelos historiográficos estão começando a aprender que múltiplas identidades de gênero poderiam ter coexistido na Idade do Ferro em diferentes níveis (EDWARDS; POPE, 2014; EVANS, 2004; GILES, 2012; PEIXOTO, 2018a; POPE; RALSTON, 2012) e que, além dos fatores de maior familiaridade, atributos de gênero poderiam variar também conforme locais de origem, aparências físicas, experiências de vida, habilidades individuais, presenças de traumas ou doenças, envelhecimento, diferentes funções ocupadas no interior da comunidade, atributos religiosos, dentre outros. Podemos esperar que a reavaliação de antigas ossadas humanas à luz de novas tecnologias e métodos produzirá, nos próximos anos, melhores evidências que suportem tal complexidade e variedade. No entanto, tais inovações não são puramente o resultado de novos recursos técnicos e científicos, mas, em larga escala também, o fruto de um exercício de reflexão crítica que busca conciliar teoria e prática e sair de uma zona de conforto intelectual que é, em si, não apenas repleta de anacronismos como também estéril.

Em pleno século XXI já não podemos mais nos dar a tais luxos, como o do conveniente silêncio ou de uma domesticação do passado. Se comparada a outras áreas, como a da Antiguidade Clássica mediterrânea, os estudos a respeito da Idade do Ferro bretã e europeia ainda precisam percorrer um longo caminho até contar com uma quantidade de análises substanciais sobre as múltiplas construções identitárias de gênero a partir de contextos e regiões distintas. Apesar de incipientes e comparativamente tardios, tais esforços estão começando a ser realizados nos últimos anos de pesquisa em âmbitos diversos, inclusive no Brasil. Ainda que o futuro permaneça sempre incerto, - sobretudo em relação a um tema tão delicado do ponto de vista conjuntural político contemporâneo -, hoje podemos ao menos enxergar uma perspectiva positiva no horizonte vindouro de pesquisas. E essa possibilidade, por hora, deve ser em si mesmo já um excelente ponto de partida para os trabalhos que virão.

## Referências Bibliográficas

- ALDHOUSE-GREEN, M. J. **Symbol and image in Celtic religious art**. London; New York: Routledge, 1989.
- ALDHOUSE-GREEN, M. J. **An archaeology of images: iconology and cosmology in Iron Age and Roman Europe**. London; New York: Routledge, 2004.
- ALDHOUSE-GREEN, M. J. **Boudica Britannia: rebel, war-leader and queen**. Harlow: Pearson Longman, 2006.
- ALDHOUSE-GREEN, M. J. **Exploring the World of the Druids**. New York: Thames and Hudson, 2010.
- AMIM, M. **Mabinogion: O Maravilhoso e o Utópico na Construção da Identidade Galesa**. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006a.
- AMIM, M. Breves considerações sobre o Feminino Celta: entre a Mulher Sol e a Mãe de Deus. **Revista Garrafa**, v. 4, n. 09, p. 1–6, 2006b.
- ARNOLD, B. “Honorary Males” or Women of Substance? Gender, Status, and Power in Iron-Age Europe. **Journal of European Archaeology**, v. 3, n. 2, p. 153–168, 1995.
- ARNOLD, B. The Vix Princess Redux: a retrospective on European Iron Age gender and mortuary studies. In: TORREIRA, L.; RUIZ, C. L.; CAMACHO, J. (Eds.). **La arqueología funeraria desde una perspectiva de género**. [s.l.] Universidad Autónoma de Madrid, 2012a. p. 215–232.
- ARNOLD, B. Gender, Temporalities, and Periodization in Early Iron Age West-Central Europe. **Social Science History**, v. 36, n. 01, p. 85–112, 2012b.
- ARNOLD, B. Belts vs. Blades: the Binary Bind in Iron Age Mortuary Contexts in Southwest Germany. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 23, n. 3, p. 832–853, set. 2016.
- BABIĆ, S. Identity, Integration, Power Relations and the Study of the European Iron Age: Implications from Serbia. In: POPA, C. N.; STODDART, S. (Eds.). **Fingerprinting the Iron Age approaches to identity in the European Iron Age: integrating South-Eastern Europe into the debate**. Oxford: Oxbow Books, 2014. p. 283–290.
- BALLARD, S. Warriors and Weavers: Constructing British Iron Age Identities in Museums. In: HAMILTON, S.; WHITEHOUSE, R.; WRIGHT, K. (Eds.). **Archaeology and Women**. New York: Taylor & Francis, 2007. p. 167–182.
- BELARD, C. Les ceintures de l’âge du Fer en Champagne: genre et archéologie. **Clio. Histoire, femmes et sociétés**, v. 36, p. 183–190, 2012.
- BELARD, C. **Les femmes en Champagne pendant l’âge du Fer (dernier tiers VIe–IIIe siècle av. J.-C.) et la notion de genre en archéologie funéraire**. (Tese de Doutorado)—Paris: Ecole Pratique des Hautes Etudes, 2014.
- BRODERICK, G. The Genesis of Recent Research into Celtic Studies and the Third Reich. **Celtic Studies and the Third Reich**, 2015.



- BRÜCK, J. Gender and Personhood in the European Bronze Age. (Aging Well: Treherne's 'Warrior's Beauty' Two Decades Later). **European Journal of Archaeology**, v. 20, n. 01, p. 37–40, fev. 2017.
- BUTLER, H. Birth, Looms and Irish Queens: The Power and Influence of Iron Age Women. **Keltische Forschungen**, v. 3, p. 17–31, 2008.
- BUTLER, H. Community and the 'princess' of Vix: a reinterpretation of the Late Hallstatt tumuli. **Studia Celtica**, v. 43, p. 37–52, 2009.
- CHAPMAN, M. K. **The Celts: the construction of a myth**. Basingstoke: Macmillan, 1992.
- CHERICI, P. **Celtic sexuality**. London: Duckworth, 1996.
- CLARUS, I. **Keltische Mythen: der Mensch und seine Anderswelt**. Olten: Walter, 1991.
- COLLIS, J. Reconstructing Iron Age society. In: KRISTIANSEN, K.; JENSEN, J. (Eds.). . **Europe in the first millennium BC**. Sheffield archaeological monographs. Sheffield: J. R. Collis Publications, 1994. p. 31–39.
- COLLIS, J. **The Celts: origins, myths & inventions**. Stroud: Tempus, 2003.
- COLLIS, J. 'Reconstructing Iron Age Society' Revisited. In: MOORE, T.; ARMADA, X.-L. (Eds.). . **Atlantic Europe in the First Millennium BC**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 223–241.
- CONDREN, M. **The serpent and the goddess: women, religion, and power in Celtic Ireland**. Dublin: New Island, 2002.
- CUNLIFFE, B. **Druids: a very short introduction**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.
- CUNLIFFE, B.; KOCH, J. T. **Celtic from the West: alternative perspectives from archaeology, genetics, language and literature**. Oxford: Oxbow, 2012.
- DAVISON, B. **Picturing the past: through the eyes of reconstruction artists**. London: Engl. Heritage, 1997.
- DEHN, W. Celtic Citadels that Defied Julius Caesar. **The UNESCO Courier**, n. XXVIII, p. 44–48, 1975.
- DOWSON, T. Archaeologists, feminists, and queers: sexual politics in the construction of the past. In: GELLER, P.; STOCKETT, M. (Eds.). . **Feminist Anthropology: Past, Present, and Future**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006. p. 89–102.
- DUVAL, P. M. The Celts, builders of the first European community. **The UNESCO Courier**, n. XXVIII, p. 4–6, 1975.
- EDWARDS, B.; POPE, R. Gender in British Prehistory. In: BOLGER, D. (Ed.). . **A Companion to Gender Prehistory**. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc, 2014. p. 458–479.
- EHRENBERG, M. **Women in prehistory**. Norman: University of Oklahoma Press, 1989.

- ELLER, C. **The myth of matriarchal prehistory: why an invented past won't give women a future.** Boston: Beacon Press, 2000.
- ELLIS, P. B. **Celtic women: women in Celtic society and literature.** London: Constable, 1995.
- EVANS, T. L. **Quantitative identities: a statistical summary and analysis of Iron Age cemeteries in North-Eastern France, 600-130 B.C.** Oxford, England: Archaeopress, 2004.
- EVANS, T. L. You, Me and IT: The Application of Simple Quantitative Techniques in the Examination of Gender, Identity and Social Reproduction in the Early to Middle Iron Age of North-eastern France. In: EVANS, T. L.; DALY, P. T. (Eds.). . **Digital archaeology: bridging method and theory.** London ; New York: Routledge, 2006. p. 61–93.
- FREEMAN, P. **War, Women, and Druids: Eyewitness Reports and Early Accounts of the Ancient Celts.** Austin: University of Texas Press, 2002.
- GARROW, D.; GOSDEN, C. **Technologies of enchantment?: exploring Celtic art : 400 BC to AD 100.** Oxford: Oxford University Press, 2012.
- GARROW, D.; GOSDEN, C.; HILL, J. D. (EDS.). **Rethinking Celtic art.** Oxford: Oxbow Books, 2008.
- GILES, M. **“Open-weave, close-knit”: archaeologies of identity in the later prehistoric landscape of East Yorkshire. Vol. 1. Vol. 1.** Ph.D. Thesis—Sheffield: University of Sheffield, 2000.
- GILES, M. **A forged glamour: landscape, identity and material culture in the Iron Age.** Bollington: Windgather, 2012.
- GILES, M. Reconstructing Death: The Chariot Burials of Iron Age East Yorkshire. In: WILLIAMS, H.; GILES, M. (Eds.). . **Archaeologists and the dead: mortuary archaeology in contemporary society.** Oxford, United Kingdom ; New York, NY: Oxford University Press, 2016. p. 409–432.
- GÖTTNER-ABENDROTH, H. **The dancing goddess: principles of a matriarchal aesthetic.** Boston: Beacon Press, 1991.
- GÖTTNER-ABENDROTH, H. **The goddess and her heroes.** Stow: Anthony Pub. Co, 1995.
- GUYONVARCH, C. J. Textes Mythologiques Irlandais: Une critique détaillée de l'Ouvrage l'épopée celtique en Bretagne de Jean Markale. **Ogam-Celticum**, v. 11. 1&2, p. 39, 1978.
- HILL, J. D. Can we Recognise a Different European Past? A Contrastive Archaeology of Later Prehistoric Settlements in Southern England. **Journal of European Archaeology**, v. 1, n. 1, p. 57–75, mar. 1993.
- HILL, J. D. The Pre-Roman Iron Age in Britain and Ireland (ca. 800 B.C. to A.D. 100): An Overview. **Journal of World Prehistory**, v. 9, n. 1, p. 47–98, 1995.
- HILL, J. D. How Did British Middle and Late Pre-Roman Iron Age Societies Work (if they did)? In: MOORE, T.; ARMADA, X.-L. (Eds.). . **Atlantic Europe in the First Millennium BC: Crossing the Divide.** Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 242–263.

- HUTTON, C. **Linguistics and the Third Reich: mother-tongue fascism, race, and the science of language.** London ; New York: Routledge, 2012.
- JAMES, S. Celts, politics and motivation in archaeology. **Antiquity**, v. 72, n. 275, p. 200–209, 1998.
- JAMES, S. **The Atlantic Celts: ancient people or modern invention?** Madison: University of Wisconsin Press, 1999.
- JAMES, S. **Exploring the world of the Celts.** London: Thames & Hudson, 2005.
- JOFFROY, R. Artists who reshaped reality; Celtic coin fantasia. **The UNESCO Courier**, n. XXVIII, p. 32–37, 1975.
- KARL, R. Celtoscepticism, a convenient excuse for ignoring non-archaeological evidence? In: SAUER, E. W. (Ed.). **Archaeology and ancient history: breaking down the boundaries.** London ; New York: Routledge, 2004. p. 185–99.
- KARL, R. The Celts from everywhere and nowhere. A re-evaluation of the origins of the Celts and the emergence of Celtic cultures. In: KOCH, J.; CUNLIFFE, B. W. (Eds.). **Celtic from the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature.** Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 39–64.
- KOCH, J. T.; CUNLIFFE, B. W. (EDS.). **Celtic from the West 2: rethinking the Bronze Age and the arrival of Indo-European in Atlantic Europe.** Oxford, UK ; Oakville, CT: Oxbow Books, 2013.
- KOCH, J. T.; CUNLIFFE, B. W. (EDS.). **Celtic from the West 3: Atlantic Europe in the Metal Ages: questions of shared language.** Oxford: Oxbow Books, 2016.
- LAING, L.; LAING, J. **Celtic Britain and Ireland: art and society.** London: The Herbert Press, 1995.
- MACKEY, J. P. (ED.). **An introduction to Celtic Christianity.** Edinburgh: T & T Clark, 1989.
- MARKALE, J. **La femme celte: mythe et sociologie.** Paris: Payot, 1972.
- MARKALE, J. The Three Faces of Celtic Women. **The UNESCO Courier**, n. XXVIII, p. 18–22, 1975.
- MARKALE, J. **Women of the Celts.** Rochester, Vt: Inner Traditions International, 1986.
- MEGAW, J. V. S.; MEGAW, M. R. Ancient Celts and modern ethnicity. **Antiquity**, v. 70, n. 267, p. 175–181, 1996.
- MEGAW, J. V. S.; MEGAW, M. R. ‘The mechanism of (Celtic) dreams?’: a partial response to our critics. **Antiquity**, v. 72, n. 276, p. 432–435, 1998.
- MEGAW, V. Identifying Celts. **Antiquity**, v. 90, n. 349, p. 245–248, fev. 2016.
- MORGAN, K. O. **Britain since 1945: the people’s peace.** Oxford: Oxford University Press, 2001.
- PEIXOTO, P. V. S. Desconstruindo o “matriarcado celta”: um erro, uma possibilidade ou uma necessidade? **Anais Eletrônicos - Ciclo de Debates em História Antiga: Encontros e Enfrentamentos**, n. LHIA, p. 01–22, 2010.

- PEIXOTO, P. V. S. **As várias faces da morte: uma análise das diferenças sociais construídas em cemitérios do norte bretão (séc. V-I a.C.)**. Tese de Doutorado—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018a.
- PEIXOTO, P. V. S. **Quando a morte vem cedo: espaço, mobiliário e performance fúnebre em enterramentos infantis da Idade do Ferro nas Ilhas Britânicas**. (Comunicação Oral) Apresentado em: I Colóquio de Arqueologia Funerária: Performance, Morte e Corpo. Museu Histórico Nacional (RJ), 4 abr. 2018b.
- PHILLIPS, J. E. “To Make the Dry Bones Live”: Amédeée Forestier’s Glastonbury Lake Village. In: SMILES, S.; MOSER, S. (Eds.). . **Envisioning the Past**. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2005. p. 72–91.
- POPA, C. N.; STODDART, S. Fingerprinting the European Iron Age. Historical, Cultural and Intellectual Perspectives on Identity and Ethnicity. In: POPA, C. N.; STODDART, S. (Eds.). . **Fingerprinting the Iron Age approaches to identity in the European Iron Age: integrating South-Eastern Europe into the debate**. Oxford: Oxbow Books, 2014a. p. 324–331.
- POPA, C. N.; STODDART, S. **Fingerprinting the Iron Age approaches to identity in the European Iron Age: integrating South-Eastern Europe into the debate**. Oxford: Oxbow Books, 2014b.
- POPE, R. Processual archaeology and gender politics. The loss of innocence. **Archaeological Dialogues**, v. 18, n. 01, p. 59–86, 2011.
- POPE, R.; RALSTON, I. Approaching Sex and Status in Iron Age Britain with Reference to the Nearer Continent. In: MOORE, T.; ARMADA, X.-L. (Eds.). . **Atlantic Europe in the First Millennium BC**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 375–414.
- REBAY-SALISBURY, K. **The Human Body in Early Iron Age Central Europe: Burial Practices and Images of the Hallstatt World**. New York: Taylor and Francis, 2016a.
- REBAY-SALISBURY, K. Male, female and sexless figures of the Hallstatt Culture: indicators of social order and reproductive control? **Expression**, v. 11, p. 58–63, 2016b.
- ROSS, A. Who were the Celts?, P’s and Q’s of the Celtic Language. **The UNESCO Courier**, n. XXVIII, p. 6–17, 1975.
- SELBY, E. F.; DIXON, D. P. Between Worlds: Considering Celtic feminine identities in The Secret of Roan Inish. **Gender, Place & Culture**, v. 5, n. 1, p. 5–28, 1998.
- SIMS-WILLIAMS, P. Celtomania and Celtoscepticism. **Cambrian Medieval Celtic Studies**, v. 36, p. 1–36, 1998.
- SKOGSTRAND, L. Prehistoric Hegemonic Masculinities. In: DOMMASNES, L. H.; EUROPEAN ASSOCIATION OF ARCHAEOLOGISTS (Eds.). . **Situating gender in European archaeologies**. Archaeolingua. Series minor. Budapest: Archaeolingua, 2010. p. 35–50.
- SMILES, S.; MOSER, S. (EDS.). **Envisioning the past: archaeology and the image**. Malden, MA: Blackwell, 2005.

- SØRENSEN, M. L. S. Gender, things and material culture. In: NELSON, S. M. (Ed.). . **Handbook of gender in archaeology**. Oxford: AltaMira Press, 2006. p. 105–136.
- TRÉMEAUD, C.; BELARD, C. La notion de genre ou comment problématiser l'archéologie funéraire. **Les nouvelles de l'archéologie**, n. 140, p. 23–27, 2015.
- VERGER, S.; PERNET, L. (EDS.). **Une odysée gauloise: parures de femmes à l'origine des premiers échanges entre la Grèce et la Gaule**. Arles: Éditions Errance, 2013.
- WATTS, D. **Boudicca's heirs: women in early Britain**. London; New York: Routledge, 2005.
- WEBLEY, L. Rethinking Iron Age connections across the Channel and North Sea. In: ANDERSON-WHYMARK, H.; GARROW, D.; STURT, F. (Eds.). . **Continental connections: exploring cross-Channel relationships from the Mesolithic to the Iron Age**. Oxford: Oxbow Books, 2015. p. 122–44.
- WEISWEILER, J. Die Stellung der Frau bei den Kelten un das Problem des „Keltischen Mutterrechts". **Zeitschrift für celtische Philologie**, v. 21, n. 1, p. 205–279, 1940 1938.
- WELLS, P. S. Identities, Material Culture, and Change: “Celts” and “Germans” in Late-Iron-Age Europe. **Journal of European Archaeology**, v. 3, n. 2, p. 169–185, 1995.
- WELLS, P. S. **Beyond Celts, Germans and Scythians: archaeology and identity in Iron Age Europe**. London: Duckworth, 2001.

---

<sup>1</sup> É Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com “período sanduíche” de um ano na Universidade de Manchester (Reino Unido). Atualmente, realiza com o apoio da CAPES um Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) junto ao PPGHC, sendo membro integrante dos seguintes núcleos e laboratórios de pesquisa: LHIA (UFRJ), NEREIDA (UFF) e TAPHOS (USP). O presente artigo apresenta algumas reflexões elaboradas durante a tese de doutorado tendo, na época, contado com o apoio do CNPq.

<sup>2</sup> O periódico é organizado mensalmente em torno de uma temática comum, sobre a qual todos os participantes se debruçam, apresentando e discutindo temas variados, além de conter, entre outras coisas, “relatórios fotográficos” sobre a temática eleita.

<sup>3</sup> Para uma discussão introdutória a respeito da noção de matriarcado proposta por Bachofen bem como a ideia de um “matriarcado celta” e alguns de seus expoentes internacionais e nacionais, conferir Peixoto (2010).

<sup>4</sup> Apesar dos números reduzidos é possível constatar, ao menos, que publicações do tipo estão começando a ser redigidas cada vez mais. Isso se torna visível, em especial, ao observar que a cronologia de grande parte dos escritos data depois da virada do (segundo) milênio (da era comum): um momento relativamente tardio (mesmo na arqueologia) para a incorporação de tais debates, mas que ao menos aponta para uma perspectiva animadora em relação ao futuro.

<sup>5</sup> Dioramas são modelos tridimensionais reais que oferecem representações realistas de personagens e cenas para fins, quase sempre, didáticos ou de recriação do passado. O diorama em questão, exibido no Jewry Wall Museum em Leicester foi elaborado por Phyllis Richards (responsável pelas figuras) e Elizabeth Peacock (responsável pelas vestimentas), sob a orientação de Jacquetta Hawkes, responsável pela supervisão arqueológica do festival. Um dos destaques do diorama são as joias e ornamentos pessoais utilizados pelas figuras que foram especialmente confeccionados sob medida pelos joalheiros da Cartier.

<sup>6</sup> Essa constatação foi feita com base em uma visita realizada ao museu em 21 de maio de 2016.

<sup>7</sup> Uma exceção em termos museológicos de representações de gênero na Idade do Ferro é o Museu de Hull e East Riding (embora certas críticas ainda possam ser feitas, cf. Ballard, (2007, p. 176–78). O que distingue o museu em questão dos demais é uma de suas galerias intitulada *Celtic World Exhibition* que



---

apresenta um diorama em escala real que inclui mulheres de diferentes faixas etárias, exercendo distintas funções sociais (inclusive de liderança/chefia). Particularmente digno de nota é o fato de que tal diorama foi desenvolvido tomando como inspiração as escavações de tumbas de East Yorkshire como as do sítio de Wetwang Slack.

<sup>8</sup> Josef Weisweiler (1900-1987) foi um “celticista” alemão e um dos fundadores do *Deutsche Gesellschaft für Keltische Studien* (DGKS) em 1936, uma sociedade que buscava fazer da Alemanha a líder além de principal foco de investigação para os estudos célticos, no qual outras disciplinas satélites (que incluíam a Irlanda, Escócia, País de Gales e Bretanha) poderiam orbitar (HUTTON, 2012, p. 126). Devido ao alinhamento de suas pesquisas a temas, então, caros ao regime Nacional Socialista, Weisweiler posteriormente chegou a contribuir com o *Ahnenerbe der SS*, um projeto nazista fundado por Henrich Himmler voltado à pesquisa (propagandística) de cunho etnográfico, histórico e arqueológico do mundo, que enfatizasse a superioridade da “raça ariana” e do povo alemão (BRODERICK, 2015, n. 34).